

## LEI Nº. 441 DE 10 DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre a criação do conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, e dá outras Providencias.

**Art.1º-** Fica criado o **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA**, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem uso comum do povo e essencial á qualidade de vida, impondo-se ao poder Público e á coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para os presentes e futuras gerações.

**Parágrafo 1º-** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **CONDEMA** é o órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais proposta nesta e demais leis correlatas do município.

**Parágrafo 2º-** O conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- **CONDEMA** terá como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal.

**Art.2º-** O Conselho Municipal de Defesa do Meio deverá observar as seguintes diretrizes:

- I- Interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;
- II- Participação Comunitária;
- III- Promoção da Saúde Pública e ambiental;
- IV- Compatibilização com as Políticas do meio ambiente nacional e estadual;
- V- Compatibilização entre as Políticas setoriais e demais ações do governo;
- VI- Exigência de continuidade, no tempo e no espaço, das ações de gestão ambiental;
- VII- Informação e divulgação obrigatória e permanente de dados, condições e ações ambientais;
- VIII- Prevalência do interesse público sobre o privado;
- IX- Propostas de reparação do dano ambiental independente de outras sanções civis ou penais.

**Art.3º-** Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **CONDEMA** compete:

- I- Propor diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente;
- II- Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;

- III- Estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir o patrimônio ambiental (natural, ético e cultural) do município;
- IV- Propor o mapeamento das áreas crítica e a identificação das de onde se encontram obras ou atividades utilizadores de recursos ambientais, considerada efetiva ou potencialmente poluidora;
- V- Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;
- VI- Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;
- VII- Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;
- VIII- Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;
- IX- Promover e colabora em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- X- Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisas e atuação na proteção do meio ambiente;
- XI- Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;
- XII- Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;
- XIII- Convocar as audiências publica nos termos da legislação;
- XIV- Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;
- XV- Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;
- XVI- Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise se estudos ambientais;
- XVII- Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para implantação das medidas pertinentes á proteção ambiental local;
- XVIII- Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao prefeito as providências que julgar necessárias;
- XIX- Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no comprimento da legislação ambiental;
- XX- Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;



- XXI- Deliberar sobre a instalação ou ampliação de indústria nas zonas de uso industriais saturadas ou em vias de saturação;
- XXII- Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos á qualidade de vida municipal;
- XXIII- Cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipal, estaduais e federais de proteção ambiental;
- XXIV- Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dadas e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;
- XXV- Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia, instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;
- XXVI- Recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;
- XXVII- Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;
- XXVIII- Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal.
- XXIX- Criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar participação popular no Conselho de Defesa do Meio Ambiente;
- XXX- Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;
- XXXI- Fazer gestão junto aos organismos estaduais e federais quando o problema ambiental dentro do território municipal ultrapasse sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;
- XXXII- Convocar ordinariamente a cada dois (2) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal Ambiental, que terá a atribuição de avaliar a situação da preservação, conservação e efetivação de medidas voltadas ao meio ambiente e, como consequência propor diretrizes a serem tomadas;
- XXXIII- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomadas.
- XXXIV- Elabora e aprovar seu regimento interno.

**Art.4º-** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se á distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada.

**Parágrafo 1º-** O numero de conselheiros será proporcional ao numero de habitantes do município, obedecendo-se ao mínimo de 10 e o máximo de 20 membros.

**Parágrafo 2º**- Será membro nato do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente pelo menos um representante do Poder Executivo Local, da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual.

**Parágrafo 3º**- Os representantes da sociedade civil organizada obedecerão á rotatividade de 2(dois) anos, permitindo-se a recondução.

**Parágrafo 4º**- Serão membros natos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, os representantes de entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais ligadas á questão ambiental que tenham sede no município.

**Parágrafo 5º**- O Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente deverá indicar seu Suplente, oriundo da mesma categoria representativa, para, quando for o caso, substituir-lo na plenária.

**Parágrafo 6º**- A estrutura do Conselho será composta por um Presidente, colegiada e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regime Interno.

**Parágrafo 7º**- O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário. Câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

**Parágrafo 8º**- Os membros do Conselho terão mandado de dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

**Parágrafo 9º**- O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

**Art.5º**- A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

**Parágrafo 1º**- A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou por solicitação de três(03) Conselheiros respeitando o Regimento Interno.

**Parágrafo 2º**- Na ausência do Presidente da Plenária, este será substituído por conselheiro eleito, presidindo esta sessão o conselheiro mais idoso entre os presentes.

**Parágrafo 3º**- A Plenária se reunirá com o **quorum** mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples em primeira convocação e, em segunda com o numero de conselheiros presentes, sendo fundamentado cada voto.



**Parágrafo 4º**- As decisões da plenária serão formalizadas em resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicada na imprensa oficial do Município ou em jornal local de grande circulação ou afixada em local de grande acesso público, após cada sessão.

**Parágrafo 5º**- Cada membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá o direito a um único voto na sessão plenária.

**Art. 6º**- O Conselho pode manter com órgãos das administrações municipal, estadual e federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos relativos á defesa do meio ambiente.

**Art.7º**- O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

**Art. 8º**- As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.


**Art.9º**- Dentro do prazo máximo de sessenta dias após sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto.

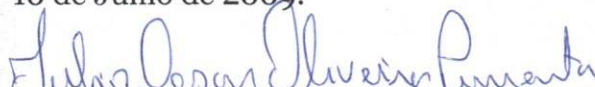
**Parágrafo Único**- A instalação do Conselho e a nomeação dos conselheiros ocorreram no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da data de publicação dessa lei.

**Art.10º**- As despesas com a execução da presente lei correrão pelas verbas próprias do orçamento.

**Art.11º**- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario em especial a Lei nº 334/2004, de 18 de junho de 2004.

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 10 de Julho de 2009.

  
Marinez de Oliveira Carneiro  
Presidenta

  
Julio Cesar Oliveira Pimenta  
Secretário em exercício

**PROJETO DE LEI Nº. 15 /2009.**

***Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, e da outras providências.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BANABUIU**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ** aprovou sancionou e promulgou a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica criado o **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA**, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

**Parágrafo 1º** - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **CONDEMA** é o órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do município.

**Parágrafo 2º** - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **CONDEMA** terá como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal.

**Art.2º** - O Conselho Municipal de Defesa do Meio deverá observar as seguintes diretrizes:

- I- Interdisciplinariedade no trato das questões ambientais;
- II- Participação comunitária;
- III- Promoção da saúde pública e ambiental;
- IV- Compatibilização com as políticas do meio ambiente nacional e estadual;
- V- Compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações do governo;
- VI- Exigência de continuidade, no tempo e no espaço, das ações de gestão ambiental;
- VII- Informação e divulgação obrigatória e permanente de dados, condições e ações ambientais;
- VIII- Prevalência do interesse público sobre o privado;
- IX- Propostas de reparação do dano ambiental independentemente de outras sanções civis ou penais.

**Art.3º** - Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **CONDEMA** compete:

- I- Propor diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente;
- II- Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;

1/



- III- Estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir o patrimônio ambiental (natural, étnico e cultural) do município;
- IV- Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V- Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;
- VI- Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;
- VII- Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;
- VIII- Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;
- IX- Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- X- Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;
- XI- Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;
- XII- Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;
- XIII- Convocar as audiências públicas nos termos da legislação;
- XIV- Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;
- XV- Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;
- XVI- Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de estudos ambientais;
- XVII- Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;
- XVIII- Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao Prefeito as providências que julgar necessárias;
- XIX- Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;
- XX- Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação do resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;
- XXI- Deliberar sobre a instalação ou ampliação de indústrias nas zonas de uso industrial saturadas ou em vias de saturação;
- XXII- Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade de vida municipal;
- XXIII- Cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;
- XXIV- Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;



- XXV- Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia, instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;
- XXVI- Recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;
- XXVII- Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;
- XXVIII- Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal.
- XXIX- Criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no Conselho de Defesa do Meio Ambiente;
- XXX- Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;
- XXXI- Fazer gestão junto aos organismos estaduais e federais quando os problemas ambientais dentro do território municipal ultrapasse sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;
- XXXII- Convocar ordinariamente a cada dois (02) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal Ambiental, que terá a atribuição de avaliar a situação da preservação, conservação e efetivação de medidas voltadas ao meio ambiente e, como consequência propor diretrizes a serem tomadas;
- XXXIII- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomadas.
- XXXIV- Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

**Art.4º** -O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo- se à distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada.

**Parágrafo 1º** - O número de conselheiros será proporcional ao número de habitantes do município, obedecendo-se ao mínimo de 10 e o máximo de 20 membros.

**Parágrafo 2º** - Será membro nato do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente pelo menos um representante do Poder Executivo Local, da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual.

**Parágrafo 3º** - Os representantes da sociedade civil organizada obedecerão à rotatividade de 2 (dois) anos, permitindo- se a recondução.

**Parágrafo 4º** - Serão membros natos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, os representantes de entidades públicas federais, estaduais e municipais ligadas à questão ambiental que tenham sede no município.



**Parágrafo 5º** - O conselheiro Titular do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente deverá indicar seu Suplente, oriundo da mesma categoria representativa, para, quando for o caso, substituí-lo na plenária.

**Parágrafo 6º** - A estrutura do Conselho será composta por um presidente, colegiado e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

**Parágrafo 7º** - O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

**Parágrafo 8º** - Os membros do Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

**Parágrafo 9º** - O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

**Art. 5º** - A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

**Parágrafo 1º** - A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou por solicitação de três (03) Conselheiros respeitando o Regimento Interno.

**Parágrafo 2º** - Na ausência do Presidente da Plenária, este será substituído por conselheiro eleito, presidindo esta sessão o conselheiro mais idoso entre os presentes.

**Parágrafo 3º** - A Plenária se reunirá com o **quorum** mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples em primeira convocação e, em segunda com o número de conselheiros presentes, sendo fundamentado cada voto.

**Parágrafo 4º** - As decisões da Plenária serão formalizadas em Resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicada na imprensa oficial do Município ou em jornal local de grande circulação ou afixada em local de grande acesso público, após cada sessão.

**Parágrafo 5º** - Cada membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá o direito a um único voto na sessão plenária.

**Art. 6º** - O Conselho pode manter com órgãos das administrações municipal, estadual e federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa do meio ambiente.

**Art. 7º** - O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

**Art. 8º** - As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.

**Art. 9º** - Dentro do prazo máximo de sessenta dias após sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Decreto.

**Parágrafo Único** - A instalação do Conselho e a nomeação dos conselheiros ocorrerá no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da data de publicação dessa lei.

**Art. 10º** - As despesas com a execução da presente lei correrão pelas verbas próprias do orçamento.

**Art. 11** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Leis nº **334/2004**, de 18 de junho de 2004.

Paço Prefeitura Municipal de Banabuiú, Estado do Ceará, 23 de junho de 2009.



**Veridiana Pereira de Sales**  
Prefeito Municipal





Estado do Ceará  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
Av. Queiroz Pessoa, 435 - CEP: 63.960.000- Banabuiú - Ceará  
CNPJ: 23.444.672/0001-91 - CGF: 06.920.303-2

**MENSAGEM Nº 15** /2009/GABPREF.

Local: Município de Banabuiú, Estado do Ceará.

Data: 23 de JUNHO de 2009.

À

Excelentíssima Senhora

**Marinez de Oliveira Carneiro**

MD. Presidente da Câmara Municipal de Banabuiú

N E S T A.

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores,

Encaminhamos a V.Excia. para apreciação e deliberação dessa Casa Legislativa de Banabuiú - CE, o incluso PROJETO DE LEI **Sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.**

Na certeza de que os ilustre membros dessa Augusta Casa Legislativa haverão de conferir o indispensável apoio a esta propositura, rogamos a V. Excia., emprestar a valiosa e indispensável colaboração no encaminhamento da matéria, apresento votos de elevada estima e distinto apreço.

**Veridiano Pereira de Sales**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Recebido em 25/06/09

Câmara Municipal de Banabuiú  
Para a Comissão de Justiça emitir Parecer

Em 03/04/09

Secretário(a)

Câmara Municipal de Banabuiú  
Para a Comissão de Legislação emitir Parecer

Em 03/04/09

Secretário(a)

Câmara Municipal de Banabuiú  
Aprovado em 19 votação

Em 10/07/09

Secretário(a)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ  
LEGISLATIVO ESPAÇO DO POVO

## PARECER

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Banabuiú, depois de examinar minuciosamente o Projeto de Lei Nº. 15/2009, Oriundo do Poder Executivo Municipal de Banabuiú, em que dispõe sobre a criação do Conselho Mundial de Defesa do Meio Ambiente -CONDEMA e dá outras Providencias.

### É de Parecer favorável

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 09 de Junho de 2009.

A Comissão:

*Joaquim Rodrigues Lemos*  
Joaquim Rodrigues Lemos  
Presidente

Jeovane Bezerra Dutra  
Membro

*Eneide Maria Saraiva Nobre*  
Eneide Maria Saraiva Nobre  
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ  
LEGISLATIVO ESPAÇO DO POVO

## PARECER

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Banabuiú, depois de examinar minuciosamente o Projeto de Lei Nº. 15/2009, Oriundo do Poder Executivo Municipal de Banabuiú, em que dispõe sobre a criação do Conselho Mundial de Defesa do Meio Ambiente -CONDEMA e dá outras Providencias.

### É de Parecer favorável

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 29 de Junho de 2009.

A Comissão:

Jeovane Bezerra Dutra  
Presidente

*Maria Odília*

Maria Odília  
Membro

*Joaquim Rodrigues Lemos*  
Joaquim Rodrigues Lemos  
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ  
LEGISLATIVO ESPAÇO DO POVO

## PARECER

A Comissão de Saúde, educação, Cultura, Esporte e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Banabuiú, depois de examinar minuciosamente o Projeto de Lei Nº. 15/2009, , Oriundo do Poder Executivo Municipal de Banabuiú, em que dispõe sobre a criação do Conselho Mundial de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA e dá outras Providencias.

### É de Parecer Favorável

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 09 de Julho de 2009.

A Comissão;

Maria Odília  
Presidente

Jeovane Bezerra Dutra  
Membro

Daniel Bandeira Lima  
Membro